



ACTA Nº. 1/2018

Aos vinte e quatro dias do mês de Março do ano 2018 pelas quinze horas, na sede de Inválidos do Comércio (IC), reuniu em segunda convocação a Assembleia-Geral (AG) dos Associados, convocada regularmente nos termos estatutários.

A Mesa da AG foi constituída por Bruno Rôlo (sócio nº. 20699) como Presidente, João Paulo (sócio. 22766) como 1º. Secretário e Humberto Moreira (sócio nº. 20291) como 2º. Secretário.

A Ordem de Trabalhos (OT) continha os seguintes pontos:

- 1) Apreciar e votar o Relatório e Contas da Direcção e o respectivo Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2017.
- 2) Proposta de correcção do Artº. 23º., nº. 2, dos Estatutos de Inválidos do Comércio, conforme ofício do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, de 20 de Fevereiro de 2018.
- 3) Proposta de análise e votação do Regulamento Interno para o Voluntariado.
- 4) Proposta nº 1/2018 de aquisição aos restantes coproprietários do prédio sito na Calçada do Tojal, nº. 80, em Lisboa, pelo preço máximo de 546 000,00 €.
- 5) Informações.

No início da AG, antes da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa leu um requerimento entregue à Mesa pelo associado nº. 6106, João Manuel Carvalho Quintas, que se encontra arquivado em pasta própria e faz parte integrante da presente acta, no sentido de considerar aprovada a redacção da acta, elaborada com base na gravação efetuada no decurso da sessão. Foi o mesmo posto à votação, tendo sido aprovado por maioria dos associados presentes, por 117 votos a favor, zero votos contra e uma abstenção. Estavam presentes na sala 140 associados.

Em seguida o Presidente da Mesa salientou que os documentos que iriam ser postos à votação nesta Assembleia estavam à disposição dos associados, desde a data da convocatória, com excepção do Regulamento Interno para o Voluntariado, dado que foi ultimado posteriormente.

Entrando no **Ponto 1** da OT foi dada a palavra ao Presidente da Direcção, que apresentou o Relatório e Contas da Direcção, referente ao ano 2017, salientando que o exercício desta Direcção tinha iniciado em 30 de Maio de 2017. Começou por referir que o número de utentes na *Estrutura Residencial para Idosos/Lar* são 268, composto por 198 mulheres e 70 homens; na valência *Residência Assistida*: 44 utentes, sendo 24 mulheres e 20 homens; na valência *Creche*: 79 crianças, onde nem todas têm comparticipação da Segurança Social. Informou ainda que, no final de 2017, existiam 320 processos em fase de instrução para candidaturas ao regime

B.

geral. Assinalou, também, o desenvolvimento das atividades “*Recreativas e culturais*” mostrando exemplos de programas/horários relativos a alguns meses.

Continuou a apresentação salientando o esforço de recrutamento de recursos humanos para várias áreas, nomeadamente para o *Serviço de Apoio a Dependentes (SAD)*, onde as pessoas colocadas neste serviço necessitam de cuidados muito específicos e continuados devido à vulnerabilidade do seu estado de saúde. Em particular para esta área foram destinadas 79 camas hospitalares eléctricas, de um total de 167 adquiridas, com um valor de 124 500,00 €. Foi, ainda, neste serviço remodelada a copa de apoio ao refeitório, com claros benefícios operacionais e de higiene e foi adjudicada a remodelação da sala de banhos assistidos. Referiu também que a fisioterapia é um serviço de excelência com uma grande actividade, de cerca de 9 351 intervenções, pretende-se alarga-lo com a colaboração de mais um fisioterapeuta e a eventual contratação de um médico fisiatra.

A Creche tem sido objeto de vários elogios e manteve-se, em 2017, a qualidade que lhe é reconhecida. São feitas avaliações semestrais das crianças em Janeiro e Junho e os encarregados de educação têm manifestado muito interesse em que se implemente um Jardim de Infância, projecto esse que está a ser estudado e perspectivado pela Direcção.

Continuou o Presidente da Direcção salientando a necessidade do aumento do número de sócios que tem vindo a diminuir, alguns por desistência, mas muitos por falecimento.

Referiu a situação dos recursos humanos com 277 trabalhadores com vínculo laboral e 11 em regime de prestação de serviços. De 9 de Junho a 19 de Dezembro de 2017, foram admitidos 54 trabalhadores para diversas valências, em 137 entrevistas, sendo a maioria para trabalhadores *auxiliares* (25) e *enfermeiros* (17).

Relativamente à gestão do património, a Direcção prosseguiu o objetivo do arrendamento já delineado na Assembleia anterior, aproveitando as oportunidades de aquisições vantajosas, em particular na situação de copropriedade, não esquecendo o investimento na manutenção que esta orientação exige. O Presidente da Direcção disponibilizou à Assembleia, quadros informativos da alienação do património até 2017 e da evolução dos arrendamentos desde o ano 2014 até 2017, onde se pode verificar o aumento substancial de rendas recebidas de 770 929,00 € para 1 339 752,00 € (*mais 74%*). Mostrou, ainda, neste quadro que os incobráveis baixaram de 67 885,00 € para 42 774,00 € (*menos 37%*).

O Sector da Manutenção foi em seguida elogiado pelo aumento da sua eficiência quer na intervenção na CRAF/Casa de Repouso Alexandre Ferreira quer no património de rendimento, como foi apresentado num quadro com dados objectivos.

O Presidente da Direcção terminou a sua intervenção salientando o resultado positivo do exercício findo, no valor de 1 905 287 €, que engloba a exploração e mais-valias de cerca de 1.500.00 €, obtidas na venda de imóveis não essenciais ou rentáveis para a Instituição, propondo a aprovação do Relatório e Contas da Direcção, bem como o respectivo Parecer do Conselho Fiscal.

Postos os documentos à discussão, inscreveram-se dois sócios. Tomou a palavra o sócio Sérgio António da Silva Ferraz (sócio n.º. 22983) que questionou o facto de haver uma grande discrepância entre o número de sócio atribuído aos sócios recentes e o número de sócios existentes, pelo que sugeriu que se procedesse a uma reatribuição de números, correspondente à situação atual. Seguidamente foi dada a palavra ao sócio António da Costa (sócio n.º. 22651) que felicitou a Direção pelo excelente Relatório e apresentação feita pelo Presidente, assim como pela aquisição das camas hospitalares eléctricas e ainda pelo resultado positivo de quase 2 milhões de euros. Questionou, ainda, qual o significado do termo inscrito no Relatório como “resultado transitado”.

Para responder às questões postas pelos sócios, tomou a palavra a Tesoureira Teresa Roque dando nota que não é suposto estas Instituições de carácter social terem por objectivo grandes lucros, como elogiou o sócio António da Costa. Isto foi consequência de, em 2017, os prédios vendidos terem um valor atribuído inferior ao seu valor real. Sem esta mais-valia o resultado seria de cerca de 400.000 euros. Quanto aos resultados transitados, esclareceu que se trata de resultados não distribuídos e que, portanto, constituíam património acrescido da Instituição.

Em seguida falou a Diretora Antónia Figueiredo para responder acerca da diferença entre o número que é atribuído aos sócios e o número de sócios efectivos, esclarecendo que esta situação terá que ser ponderada dado que as fichas de associados, também, são um elemento histórico institucional que deve ser tido em consideração.

Por último falou o Presidente do Conselho Fiscal (CF), João Pinto, revelando que foi usado pelo Conselho uma metodologia de avaliação que incluiu o acompanhamento das actividades de Inválidos do Comércio e da Direção e, desta, obteve sempre os esclarecimentos que solicitou. Fez salientar os fatos mais significativos evidenciados pelos Relatório e Contas da Direção e lembrou que na Instituição não existe distribuição de lucros nem os corpos sociais têm remuneração. Terminou referindo que o Conselho Fiscal dos Relatório e Contas e propõe um voto de louvor à Direção.

Em seguida falou o Presidente da Mesa para referir que foi recebida uma carta da Segurança Social a confirmar que o “processo de eleição dos Corpos Gerentes cumpriu o estatutariamente definido pelo que foi emitido parecer favorável” e deste modo estão legalmente eleitos para o quadriénio 2017-2021.

Procedeu-se à votação tendo, o Relatório e Contas de 2017 e voto de Louvor, sidos aprovados por unanimidade com 131 sócios a favor e nenhum contra nem abstenções. Estavam presentes 151 sócios.

Seguiram-se os esclarecimentos pelo Presidente da Direção, João Bernardino, acerca do **Ponto 2** da Ordem de trabalhos, começando com a leitura do atual artigo 23º, *ponto 2 (Condição do exercício do cargo)*, dos Estatutos de IC que previa, em determinadas circunstâncias, a remuneração dos Órgãos Sociais. Este devia ser alterado de acordo com as regras em vigor (mais restritivas), pelo que a nova redacção deveria ser: “Quando o volume do



movimento financeiro, do trabalho, das actividades a desenvolver, da constância e intensidade das responsabilidades ou a complexidade dos serviços exijam o trabalho e a presença prolongada de um ou mais membros da Direcção, podem eles passar a se remunerados, nos termos da Lei.” Salientou, no entanto, que continuaria a não haver qualquer remuneração para os elementos da Direcção. Da votação resultou 128 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, para um total de 148 presenças. Este ponto foi aprovado por unanimidade.

O **Ponto 3** da Ordem de Trabalhos referia-se ao *Regulamento Interno para o Voluntariado*. Usou a palavra a Directora António Figueiredo para esclarecer que o objectivo do voluntariado era o complemento do trabalho dos funcionários e não a sua substituição. Relevou que neste momento existem 8 voluntários na área Recreativa e 2 noutras áreas. Explicou o enquadramento que o Regulamento pretendia dar e forma de inscrição. Dado que não houve inscrições para informações sobre este tema, o Presidente da Mesa passou à votação tendo sido aprovado o Regulamento para o Voluntariado por unanimidade com 129 votos a favor, 0 contra e 0 abstenções estando presentes na sala 146 sócios.

O **4º Ponto** da ordem de trabalhos referia-se à aquisição, aos restantes coproprietários, do prédio sito na Calçada do Tojal, nº. 80, em Lisboa, pelo preço máximo de 546 000,00 €, que será dividido pela totalidade das fracções a adquirir, correspondendo a cada uma das fracções A, D, E, F, e G o valor de 65 520,00 €, a cada uma das fracções B e C o valor de 49 140,00 € e a cada uma das fracções H e I de 60 060,00 €. Tomou a palavra o Presidente da Direcção que referiu que esta proposta seguia os procedimentos das que foram aprovadas na Assembleia anterior e a mesma orientação, isto é, tinha havido uma avaliação prévia e isenta. Deu, ain, a conhecer que estes valores seriam máximos e pensava que ficariam abaixo deles, a exemplo dos anteriores que rondavam cerca de 30% menos. Salientou as dificuldades da gestão com coproprietários e que se pretendia que estes rendimentos fossem para benefícios dos utentes de IC sem serem especulativos.

Falou em seguida o Presidente do CF, João Pinto, que teceu várias considerações onde salientou as avaliações independentes que atribuíram um valor superior ao imóvel, pelo que entendeu o CF dar parecer favorável a esta aquisição.

Abertas as inscrições pelo Presidente da Mesa para intervenções, inscreveu-se o sócio Rogério de Freitas (sócio nº 8695) que iniciou o seu comentário referindo que a redistribuição do número aos sócios era um assunto bastante difícil de realizar. Acerca da aquisição de outras fracções do citado prédio considera o sócio uma boa decisão, dado que IC passava a gerir o prédio na globalidade sem outras dependências ou restrições. Acrescentou, ainda, uma observação acerca do incómodo que sentia em haver quartos com 4 camas em IC. Deu o Presidente da Mesa a palavra à Direcção para esclarecimentos. Em resposta a Tesoureira Teresa Roque afirmou que há vários anos não havia quartos com 4 camas e aqueles com 3 eram, também, para acabar. Passou-se de seguida à votação. A favor da aquisição houve 126 votos com 3 contra e 0 abstenções, em 142 presenças. A proposta de aquisição foi aprovada por maioria.

Em seguida o Presidente da Mesa solicitou à Assembleia as inscrições para o **Ponto 5** da OT - **Informações**. Inscreveram-se 2 sócios e foi dada a palavra ao sócio Alberto Pereira da Costa (sócio nº. 19281). Este sócio referiu que tinha enviado em tempos e-mails para a Direcção com



o objetivo de arrendar 1 apartamento e uma garagem no Porto e na Assembleia de Novembro tinha sido dito que estes estavam arrendados por 250 €/mês durante 10 anos. Das investigações que efectuou concluiu que ainda não estava arrendado e estaria vazio há uns 15 anos. Tem conhecimento, ainda, que IC têm cerca de 395 imóveis e só 100 estão arrendados. Continuou dizendo que IC têm uma loja na Amadora que está vazia há mais de 15 anos o que também é incomodo para os restantes condóminos. Criticou que os arrendamentos eram feitos por valores muito baixos e as obras feitas pelos inquilinos eram bastante “fracas”. Seria, portanto, bom, saber o que está arrendado e o que há para arrendar. Fez, também, uma observação acerca do seguro sobre acidentes pessoais que subiu cerca de 14 000,00€. Disse ainda não entender que, segundo o relatório, existem falta de verbas e porque se vão adquirir apartamentos para depois o património ficar abandonado.

O segundo inscrito foi o sócio Vítor Damião (n.º. 20325) que comentou o facto de os aumentos do pessoal serem inferiores ao que ele na Direcção anterior tinha previsto e solicitava qual tinha sido esse valor. Continuou pedindo explicações sobre o concurso para o fornecimento de refeições aos utentes que ele tinha desencadeado e sobre as obras das casas de banho do SAD. Questionou porque só uma dessas casas de banho tinha sido objecto de intervenção dado que ele tinha feito concurso para as 4, e porque está permanentemente fechado o elevador do SAD dificultando os acessos? Terminou dizendo que tinha enviado um e-mail à Direcção para utilizar a camioneta da Instituição e lhe foi dito que esta era para uso dos trabalhadores e dos órgãos sociais. Então questionou se os sócios não teriam os mesmos direitos.

O Presidente da Mesa deu em seguida a palavra à Tesoureira Teresa Roque que respondeu ao sócio Alberto Costa dizendo que o andar no Porto está alugado desde a Direcção anterior. Comentou que as dificuldades eram grandes e esta Direcção só estava em funções há 9 meses. Mostrou num quadro que estavam alugados 163 apartamentos. Acerca deste assunto a Directora esclareceu ainda que o edifício da Avenida de Roma foi totalmente remodelado e o mesmo se passa com o da Bela Vista à Graça e outro em Sintra, ilustrando com imagens, as diferenças antes e depois das obras. Relativamente ao seguro de acidentes pessoais referiu que estes eram feitos, pela Direcção anterior, através de um sócio que depois oferecia donativos à Instituição, o que considerou ilegal. Acrescentou que as coberturas incluídas eram tão baixas que eram um risco por não cobrirem devidamente os eventuais danos. Os novos seguros foram feitos consultando todas as seguradoras legalmente existentes, incluindo o anterior mediador que não conseguiu apresentar competitividade em nenhuma das suas propostas.

Em resposta ao sócio Vítor Damião foi dito que o ordenado mínimo na Instituição era agora de 600,00 € e que tinham informado os trabalhadores que não haveria aumentos em 2017, para que a Direcção tivesse tempo de conhecer a realidade da Instituição. Em relação ao concurso para o refeitório, aberto na Direcção anterior, este foi suspenso porque se considerou que não atendia às necessidades que esta nova Direcção considerava importantes. Estendeu por mais 12 meses o contrato actual, enquanto avaliava e recolhia informações para elaborar o caderno de encargos com parecer jurídico, o qual esta semana foi considerado pronto para fins de concurso pela Direcção, podendo agora avançar-se com o concurso, concluiu.

O Vice-Presidente Francisco Cavalheiro referiu que os aumentos de vencimentos só foram efectuados em 2018, por ter sido necessário orçamentar os custos envolvidos. Referiu ainda que no início do mandato se verificou uma situação de iminência de rotura no apoio aos utentes, devido à falta acumulada de trabalhadores auxiliares e de enfermeiros que, em parte, já se verificava na Direcção anterior. A situação foi minimizada com a contratação de cerca de 25 auxiliares e 17 enfermeiros (7 com horário de 20 horas semanais).

Quanto às obras das casas de banho do SAD só foram encontrados orçamentos para uma das quatro casas de banho. Já neste exercício foi lançado o concurso e concluída a obra da Copa, dada a sua urgência por questões operacionais e de higiene, que também já tinha sido objecto de reparo pela Segurança Social. Entretanto, deram-se início aos procedimentos para as obras nas outras 3 casas de banho, tomando em consideração que estas têm de ser feitas uma de cada vez. O elevador do SAD tem características especiais como é conhecido, para evitar incidentes com utentes e, por isso, tem regras de funcionamento próprias que continuam a ser aplicadas como sempre foram. O mesmo se passa com a camioneta onde nenhum procedimento foi alterado desde a Direcção anterior. Portanto, a camioneta nunca foi usada noutras condições e os únicos utilizadores foram o próprio sócio Vítor Damião, enquanto Presidente e dois trabalhadores de IC.

Em seguida foi dada a palavra ao Presidente do Conselho Fiscal, João Pinto que esclareceu que havendo liquidez e sendo o património um garante de futuro, o Conselho Fiscal concorda com a orientação usada pela Direcção. Mais referiu que a área de património tem merecido especial atenção por parte do Conselho Fiscal e sobre ela tem interpelado a Direcção, constatando que muito falta fazer, mas que nela se tem notado empenho, rigor e imparcialidade, por parte da Direcção.

Como complemento às observações acerca dos arrendamentos, referiu a Directora Teresa Roque que nem todo o património está em condições de ser arrendado porque implica despejos e acções legais.

Foi em seguida dada a palavra ao sócio Vítor Damião (n.º. 20325) que lembrou que esta Direcção era composta na sua maioria por elementos da Direcção anterior e que por isso já tinham responsabilidades anteriormente e que muitas vezes votou vencido. Relativamente aos orçamentos para as obras das 4 casas de banho do SAD afirmou não conseguir entender porque não se encontram nos arquivos. Comentou ainda que o aumento do valor das rendas são o resultado do património adquirido e que embora, IC não efectuem despejos, eles acabam por ser efectuados pelas empresas que alugam esse património. Considera que IC têm de tomar em consideração esta realidade dado que também devem ter uma acção social. Terminou afirmando que a empresa de seguros nunca tinha dado nenhum donativo a IC.

Em seguida pediu a palavra o sócio Rogério de Freitas (n.º. 8695) para comentar que, pelo quadro apresentado no Relatório de Contas, o número de rendas incobráveis tinha diminuído

significativamente e que a acção social a desenvolver por IC deveria ser feita, mas com ponderação. Acrescentou que arrendar uma casa por 15 anos lhe parecia muito tempo.

Mais uma vez o Vice-Presidente Francisco Cavalheiro, pediu a palavra para reafirmar que as buscas aos orçamentos para as obras das outras 3 casas de banho do SAD tinham sido exaustivas e nada tinha sido encontrado na Secção de Património ou nos Serviços, pelo que foi necessário fazer o procedimento desde início, estando agora reunidas as condições para pedir esses orçamentos.

Não havendo mais inscrições, o Presidente da Mesa da Assembleia-Geral agradeceu aos sócios presentes a sua colaboração e deu por concluídos os trabalhos pelas 17:25h, dos quais se lavrou a presente acta que vai ser assinada.

O Presidente:

Bruno Filipe Esteves Medina Rôlo

O 1.º Secretário:

João Eduardo Augusto Paulo

O 2.º Secretário:

Humberto Rui Ramos Moreira